

CURRÍCULO AGROECOLÓGICO NA ESCOLA ESTADUAL JUPORIJUP-POVO KAYABI: EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA LATINO AMERICANA.

SILVA, Wesley Manuel da¹
manuelk271@hotmail.com

FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcântara²

Resumo

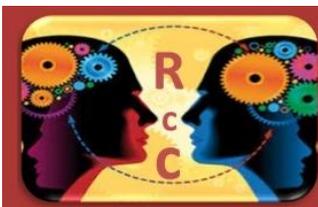
Há no contexto Latino Americano uma emergência dos povos indígenas que são visibilizadas nos movimentos indígenas e nas conquistas no campo da educação, saúde e demarcação dos seus territórios. Mas, há também no Brasil um movimento da elite dominante e do capital em fazer com que muitos direitos não continuem sendo assegurados. A Educação Escolar Indígena é uma conquista dos movimentos indígenas. Conquista em ter professores/as indígenas, escolas indígenas, e, formação específica para professores indígenas. Nesse sentido, o desafio é a construção de um currículo diferenciado. A disciplina agroecologia perpassa o currículo escolar indígena. O objetivo desta pesquisa foi de compreender o papel da escola (disciplina agroecologia e saberes indígenas) na formação escolarizada das crianças e jovens da escola Juporijup, considerando a forma pedagógica do trabalho escolar e as relações com a cotidianidade e a cultura da aldeia. Para a execução desta investigação os pilares questionadores foram: Como é trabalhada a agroecologia na escola? Existem materiais específicos? Quais as relações com a comunidade? A pesquisa é qualitativa com abordagem antropológica e etnográfica, com o uso da observação participante, entrevista, uso do caderno de campo e recursos fotográficos. A pesquisa apontou que a disciplina de agroecologia encontra-se em construção e uma das dificuldades se insere na formação dos professores. O avanço pedagógico identificado é que há um trabalho de coletividade na construção da mesma e participam as pessoas da comunidade. É um trabalho compartilhado fundamentado no etnoconhecimento, porém, com busca e aplicações de práticas e compreensões de outras culturas. Ou seja, há uma relação entre as vivências do dia a dia com a agroecologia.

Palavras-Chave: Movimento indígena, Educação escolar indígena, Agroecologia.

Caminhos introdutórios da pesquisa

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/Juara).

² Professora Doutora do curso de Pedagogia da UNEMAT campus universitário de Juara.



Esta pesquisa foi realizada na terra indígena Kayabi situado na aldeia Tatuí às margens do rio dos peixes aproximadamente 60 km da cidade de Juara – MT, onde se localiza ao norte de Mato Grosso a 720 km de sua capital Cuiabá. A pesquisa tem por finalidade conhecer seus costumes, sua história, como vieram habitar este local, suas crenças, práticas milenares e conhecimentos do que vivenciam na natureza, e tendo como objetivo principal suas práticas agrícolas ou a agroecologia.

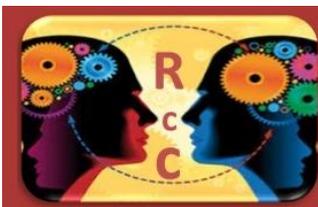
O motivo pelo qual escolhi a pesquisa envolvendo agroecologia Kayabi é para ter uma maior proximidade com o meu objeto de estudo, no caso, as práticas agrícolas sustentáveis dessa comunidade. Com o conhecimento dos saberes Kayabi construímos junto ao povo um pouco da sua história e relações ambientais.

O tipo de agricultura do povo Kayabi tem a perspectiva do autoconsumo, interpreto ser uma ação pertinente a construção de comunidade sustentável. Em outros lugares tem-se pensado nesta questão. A agricultura brasileira tem avançado de forma segura e rápida na direção da sustentabilidade ao longo das últimas décadas. Porém, é uma sustentabilidade direcionada principalmente aos fatores de produção.

Existem algumas práticas ou alternativas que consideram mais o humano e dentre essas alternativas de sistemas de produção sustentável destacam-se a agricultura orgânica, aquícultura, produção agroflorestal e várias outras.

Neste trabalho apresento outra forma de sustentabilidade, aquela que se direciona à formação de sociedades sustentáveis, onde se tem considerado muito mais os processos de auto consumo do que a relação comercial. Inserem-se nesta discussão os saberes indígenas, que a meu ver compõem o que Diegues (2000) denomina de comunidade tradicional, e estas tem papel importante na conservação da natureza pela relação destes com a mesma. São caracterizadas por este autor como comunidades tradicionais aquelas que têm ligação intensa com os territórios ancestrais, auto-identificação e identificação de outras culturas, presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais (organização social: cacique, lideranças e decisões coletivizadas em reunião na casa da cultura e/ou casa de palha), linguagem própria, muitas vezes não a nacional (língua materna), sistemas de produção voltada principalmente para a subsistência.

O mundo fala tanto em sustentabilidade como uma forma de produzir respeitando o meio ambiente e ter uma interação natureza/homem. Acredito que para que haja uma



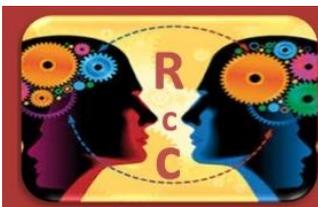
população que saiba respeitar o ambiente onde vive há de ter uma educação voltada para este objetivo, para que os jovens e crianças da próxima geração se sensibilizem neste contexto. Sendo assim qual o papel da escola na disciplina de agroecologia e saberes indígenas na formação escolarizada das crianças e jovens da escola Juporijup? Visto que na escola da comunidade existe no plano de aula um espaço voltado para a agroecologia e saberes indígenas, pretendo entender se isso beneficia e fortalece a comunidade? Como é trabalhada? , e, quais as relações com a cotidianidade da aldeia?

Assim a pesquisa tem como objetivo central: Compreender o papel da escola (disciplina agroecologia e saberes indígenas) na formação escolarizada das crianças e jovens da escola Juporijup, considerando a forma pedagógica do trabalho escolar e as relações com a cotidianidade e a cultura da aldeia.

Este trabalho teve como método exploratório de cunho etnográfico porque procurei descrever as práticas escolares de agroecologia e também entender os costumes relacionados às plantações e os saberes de como o plantio ocorre na comunidade. O trabalho de campo intensivo teve a finalidade de procurar entender o funcionamento do currículo escolar no que se refere principalmente a disciplina agroecologia, matéria que compõem a área dos saberes indígenas na escola. Para esta compreensão é e foi necessário ouvir outras pessoas, acompanhar as atividades culturais e tradicionais do povo Kayabi e a partir daí fazer as descrições e as interpretações. A vivência com a comunidade indígena, o tempo de estar junto a comunidade ajuda nessas compreensões.

O uso desta metodologia de pesquisa dentro da educação deve ser feita de forma muito cuidadosa, pois a mesma foge do seu sentido original, pois “denominar de etnográfica uma pesquisa de observação participante, nem sempre será apropriado, já que etnografia tem um sentido próprio: e descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo” (Lüdke, Menga, 1986 p. 13,14). Para Wolcott citado por Lüdke, Menga, (1986) o uso da etnografia dentro da educação deve envolver uma preocupação em pensar o ensino e a aprendizagem num contexto cultural amplo, dentro e fora do ambiente escolar.

Assim a pesquisa de campo foi uma técnica utilizada desde o início associado com a pesquisa exploratória realizada nos primórdios desta investigação. A pesquisa exploratória serviu para conhecer o lugar da pesquisa, as pessoas, o ambiente da investigação e própria elaboração do projeto de pesquisa.



No entanto “nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas [...]” (Geertz, 2008 p.7). Seriam as leituras feitas a partir da vivência com este grupo e assim as interpretações são realizadas conforme Geertz (2008) a partir de sistemas entrelaçados de signos interpretáveis porque são contextos que podem ser descritos com intensidade. A pesquisa etnográfica de acordo com André (2003) reúne um conjunto de técnicas que tem a função de coletar dados sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um determinado grupo.

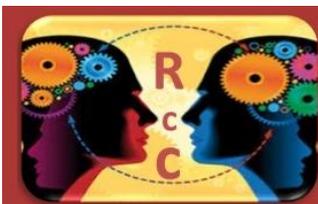
Nesse sentido foi utilizada a técnica da observação, a técnica de entrevista com as anciãs e os anciãos como forma de melhor compreender a organização de plantios. Da análise documental para verificar a inclusão da disciplina e o que existe documentado e vivenciado sobre a agroecologia e saberes indígenas no currículo escolar.

Sempre quando chego a comunidade procuro ir às casas dos professores, diretora, anciões e demais lideranças. Isso foi importante porque cada vez que chegava podíamos conversar e sempre me orientavam em algum ponto na pesquisa. O povo Kayabi da aldeia Tatuí são excelente anfitriões, me recebem muito bem. Tive total apoio e liberdade para desenvolver este trabalho.

O contexto histórico do povo kayabi na terra indígena Apiaká-kayabi – Rio dos Peixes, Juara-MT e sua inserção no movimento Latino Americano.

Os Kaiabi resistiram com vigor à invasão de suas terras por empresas seringalistas desde o final do século XIX. A partir dos anos 50, a região dos rios Arinos, dos Peixes e Teles Pires foi retalhada em glebas que viraram fazendas e os Kaiabi se dividiram em três grupos. A maioria se mudou para o Parque Indígena do Xingu, onde se destacam pela prática de uma agricultura forte e diversificada, uma arte caracterizada por complexos padrões gráficos de inspiração mitológica e uma participação ativa no movimento indígena organizado em defesa dos interesses das etnias do Parque (<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaiabi>)

Então encontramos Kayabi em três lugares e acredito que o menor número esteja em Juara, porém aqui neste município é o maior povo, já que temos ainda os Munduruku, Apiaká e Rickbatsa. Conforme informação de um ancião o povo Kayabi está no rio dos Peixes desde 1964. Antes estavam no Batelão, em uma área que fica na cidade de Tabaporã. De acordo com o relatório indígena do Cimi- Conselho Indigenista Missionário (2010) os povos



indígenas tem o direito do usufruto de suas terras, e a mesma é à base de sobrevivência material e imaterial. Imaterial por causa da religiosidade e crenças e mesmo de espécies vegetais que podem trazer cura para diferentes enfermidades. Material porque é da terra que se extrai produtos para fazer artesanatos e lugar em que a roça é feita e também onde se caça, se pesca, se busca o alimento. Os povos indígenas tem uma ligação com as suas terras ancestrais, e, os povos Kayabi do Rio dos Peixes sempre estão falando da Terra do Batelão. Assim no relatório de violência contra os Povos Indígenas encontramos que a:

TERRA INDÍGENA: BATELÃO

POVO(S): KAYABÍ

TIPO DE DANO: Morosidade no processo demarcatório

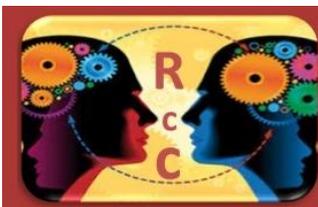
DESCRIÇÃO: Embora já declarada como terra indígena, através de Portaria do MJ, a demarcação definitiva ainda não foi efetivada. Fazendeiros e madeireiras continuam a explorar recursos da terra indígena (CIMI, 2010, p.47).

Assim, os Kayabi que estão no Rio dos Peixes em Juara, vieram da Terra Indígena do Batelão. Este povo é encontrado tanto no estado de Mato Grosso quanto no Pará. No estado de Mato Grosso vivem no Parque do Xingu e na Terra Indígena Apiaká-Kayabi que fica no município de Juara a noroeste do estado. De acordo com Mairaiup (2014) os Kayabi:

[...] antepassados foram transferidos do nosso lugar de origem que era a área do Batelão que fica no município de Tabaporã pelos irmãos Vilas Boas. Alguns dos nossos parentes ainda permanecem no Parque Nacional do Xingu, outros, foram para outra área chamada de cururuzinho (MAIRAIUP, 2014, p.51).

Esse povo tem participado de lutas e de movimentos ao longo dos tempos, por exemplo, na reivindicação do projeto Tucum, Rayo e Universidade indígena para formação de professores. Fazem parte da organização das mulheres indígenas do Estado de Mato Grosso como forma de buscar os seus direitos. Tem organizado e participado de Seminários de Educação Indígena do Noroeste do Estado de Mato Grosso, movimento indígena que discute a educação escolar indígena. Há na comunidade indígena Kayabi várias encontros para discutir a saúde indígena, a educação e o empoderamento de seu território. Todas essas mobilizações fazem parte do movimento indígena, eles fazem parte dos movimentos sociais, mas, com aspectos diferentes.

Configura-se na atualidade e na América Latina um movimento social que se volta para problemas específicos e imediatos e até localizados, que atingem diretamente



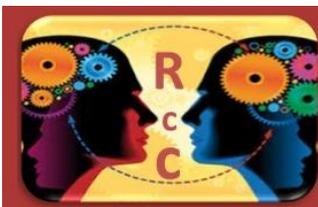
determinado grupo, como é o caso do povo Kayabi. Esses movimentos que são de origens diversas, se associam a um pensamento filosófico crítico e anárquico com contribuições da concepção materialista histórico-dialética, mas indo além dela. São ações desencadeadas coletivamente de cunho político e cultural [...] (FERREIRA, 2014, P. 136-137).

Portanto, o movimento indígena tem lutado primordialmente pelos territórios porque sem eles não há sobrevivência, mas também a luta é pela educação escolar indígena que segundo Bengoa (2000) na América Latina tem se apresentado com algumas dificuldades, trago aqui duas apenas para a reflexão. Uma é o alto custo para a efetivação da educação indígena diferenciada no que se refere a produção de materiais específicos para cada povo. Outra dificuldade relaciona-se com a falta de professores/as capacitados, formados para atuarem nos sistemas de ensino desenvolvendo e ampliando as experiências “[...] Si no existen maestros adecuados es muy difícil iniciar un programa realista de educación indígena” (BENGOA, 2000, p.314). Situação recorrente no Brasil, apesar dos magistérios interculturais, Faculdade Intercultural Indígena da UNEMAT no Estado de Mato Grosso e outras Universidade que tem formado professores indígenas. Situação presente na comunidade Tatuí onde a maioria dos professores tem ensino fundamental, médio intercultural e atualmente dois estão na universidade.

Mesmo que na atualidade temos tido avanço na formação de professores indígenas e das organizações dos currículos das escolas indígenas, na direção da diferença, da interculturalidade e do bilinguismo ainda é preciso avançar mais. Um dos avanços que tem sido um desafio para os professores/as indígenas é o trabalho com a agroecologia, estudo que faz parte da área de saberes indígenas.

Antes de discutir a agroecologia junto aos saberes indígenas, é importante fazer uma contextualização histórica da educação escolar indígena porque é nesse contexto que mais tarde vai se inserir a disciplina de agroecologia.

Então, a educação escolar indígena está presente no Brasil desde a chegada dos Portugueses e ela era feita para catequizá-los e incluí-los no meio de outros povos, era para que deixassem de pensar do jeito que pensavam, ou seja, ela fazia parte daquele processo civilizatório e colonizatório que discuti anteriormente. Assim, a escola era um instrumento de forçar uma mudança cultural. Não havia o pensamento de que os conhecimentos desses povos eram válidos, eram entendidos como menos evoluídos e até inferiores.



Em Mato Grosso, existem 39 povos indígenas, com uma população aproximada de 30.000 pessoas vivendo em 66 terras indígenas, localizadas em 41 municípios, dessas terras indígenas 90% estão reconhecidas, provando que a previsão do desaparecimento físico e sua possível assimilação a comunidade nacional não teve êxito. Uma prova dessa realidade foi a mudança da educação escolar indígena que em 1988 teve no texto constitucional a garantia de uma educação diferenciada, específica, intercultural e bilíngue. (PEE, 2010, p.43).

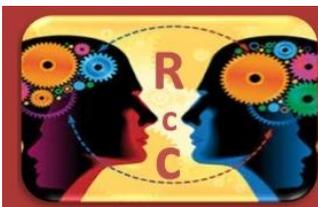
A garantia constitucional foi resultado da participação dos povos indígenas em mobilizações nacionais. A partir do final da década de oitenta o Brasil e o Estado de Mato Grosso foi intensificado com reivindicações indígenas, uma delas, a formação de professores/as indígenas. O Estado tem a obrigatoriedade de atender educacionalmente todas as pessoas indígenas ou não, e com as reivindicações do movimento indígena o estado de Mato Grosso criou diversos projetos através da SEDUC/MT para,

[...] promover a formação de professores como: Projeto Tucum, Urucum Pedra Brilhante, Mebengokrê, Projeto Haiyo, e Terceiro Grau indígena juntamente com a UNEMAT, UFMT, FUNAI, FUNASA e Prefeitura Municipal de Barra do Bugres (PEE, 2010, p.42, 46.).

Hoje entendemos que esses povos sempre foram e são sabedores de diversos conhecimentos e que existem dois tipos de educação presente na aldeia, uma que é a educação escolar indígena e a outra que é a educação indígena. Mas, as duas formas de educação existem mesmo que tenham formas de realizar-se diferente. Acredito como BRANDÃO (2008) que a educação acontece em muitos lugares. De diferentes formas, com o significado que tem para cada povo.

Foram anos de história em que a educação escolarizada foi feita para os indígenas, mas a partir da década de 80, iniciando a aparecer na Constituição Federal de 1988 em seu Art. Art. 231

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (Constituição Federal 1998.
http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf231a232.htm)



De acordo com os RCNEI (1998) o MEC – Ministério de Educação e Cultura ficou responsável pelo Decreto Presidencial nº 26, de 1991 em incorporar a educação escolar indígena dentro do sistema de ensino regular.

Outro documento importante foi a Lei de Diretrizes de Bases de 1996 com artigos que falam diretamente da educação escolar indígena. Essas conquistas não foram dadas mas, resultado da luta e da organização dos povos indígenas deste país.

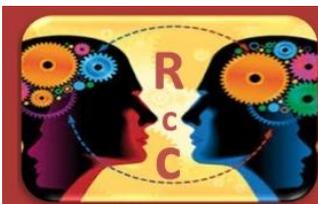
O Artigo 78 determina que caberá ao Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os objetivos de: 1º proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências; 2º garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias” (RCNEI, 1998, p.31)

È nesse contexto que estamos vendo a Escola Estadual Indígena de Educação Básica Juporijup, como uma escola organizada para o fortalecimento da cultura, com as áreas de linguagem, ciências da natureza e matemática e ciências humanas e sociais com os conhecimentos das sociedades não indígenas e a área de saberes indígenas que é onde se encontra a disciplina de agroecologia como os conhecimentos indígenas.

Hoje a Escola funciona nos três períodos manhã, tarde e noite. Tem o ensino organizado por ciclo de formação humana e também tem o ensino médio, no ano de 2014 formou a sua primeira turma. Também funciona o ensino de jovens e adultos.

O prédio da escola segue os modelos das construções não indígenas porque são construções de governos. As aulas acontecem em sala de aula e também fora e os professores são indígenas da própria comunidade.

Partindo do ponto de vista que a as comunidades indígenas em geral do Brasil estão sofrendo uma grande invasão da cultura do não índio para dentro de suas comunidades, com o povo Kayabi não é ao contrario, pois vivemos em um mundo onde as informações estão muitos fáceis de ser acessadas, e elas ocorrem em todo momento e em uma velocidade espantosa, todos temos que ter o acesso a informação inclusive os povos indígenas. O contato com o não índio também é importante como, por exemplo, além da comunicação a elaboração de documentos, ler jornais, mensagens, participar das reuniões na capital dos Estados



Brasileiros, nos estudos das leis indígenas, e diretrizes de direitos e deveres dos povos indígenas.

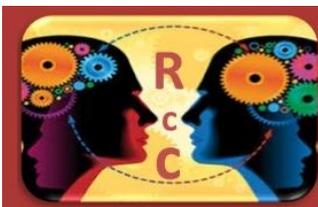
De forma fagocitante a cultura do tradicional de produção de alimento de autoconsumo do povo Kayabi vem caminhando para não cair no esquecimento. Percebo que a escola na comunidade tem um papel fundamental nesse processo de fortalecimento deste tipo de cultura. Nesse sentido, a escola na comunidade tem como principal função formar Kayabi críticos, criativos e independentes, que sejam capazes de transformar o mundo em que vivem para uma sociedade mais justa e humana, uma sociedade onde o indígena tenha direito como qualquer pessoa, que tenham respeitado os seus territórios, identidades e memórias. Por isso a escola tem o compromisso de responder as necessidades culturais, sociais, históricas e etnoeducacionais da comunidade em que esta inserida.

A Escola Juporijup acredita num trabalho solidário onde o conhecimento se dá num processo compartilhado de experiências entre professores/as e alunos/as, pais e anciões/ãs. Esse compartilhamento fortalece o processo cultural e de aprendizagens, possibilitando que haja a formação de estudantes participativos, colaborativos e que saibam aprender na coletividade.

Para que isso aconteça a Escola de Educação Básica Juporijup segue um plano de ação coletiva voltado para o estudo de ciclo e seus princípios norteadores. Reuniões com pais com dinâmicas e palestras, vídeos a fim de esclarecer as propostas da Escola que também são propostas da comunidade.

Identifiquei o projeto político pedagógico da escola alguns pontos que se inserem na agroecologia como: roçado, plantio e coivara da roça, roça escolar, manejos tradicionais das sementes; manejo dos recursos naturais, solo, água; classificação das plantas tradicionais: frutíferas silvestres, artesanais e medicinais; cosmologias dos Povos Indígenas. A forma de trabalhar a agroecologia tem abordado além dos conhecimentos do povo indígena Kayabi outras experiências de aprendizagem, um exemplo é a horta escolar. Observei no período da pesquisa um insistente comportamento em construir a horta escolar, mas dentre o período da pesquisa poucas vezes a horta produziu, quase sempre foi invadida por formigas.

Há um currículo para as práticas agroecológicas que é interculturalizado e interdisciplinar se aprende sobre outras culturas, formato de roças de diferentes povos e é interdisciplinar porque a mitologia, as ciências, as vivências fazem parte de um conjunto de aprendizagem.



Conforme a identificação dos conteúdos e/ou temáticas de agroecologia, e, das observações, digo que a Escola Estadual Juporijup se apresenta como uma Escola diferenciada das não indígenas, pois têm um currículo diferente das escolas não indígenas. Ela possui características próprias mesmo que haja saberes advindo também dos não indígenas.

Fazendo parte área das ciências humanas (saberes indígenas) esta disciplina é trabalhada em toda a formação dos estudantes indígenas. A entrevista com os professores que atualmente trabalha a agroecologia foi feito em conjunto e disseram que a agroecologia é trabalhada em todos os ciclos em média duas horas por semana.

[...] os alunos recebem todo conhecimento a respeito da agricultura tradicional do povo, da escolha da terra a ser cultivada o preparo do terreno até a colheita. Os jovens aprendem que os seus antepassados preparavam o solo na época em que não tinham ferramenta específica para o trabalho e tinham que usar as suas próprias tecnologias(Cezarina Leite Tukumã).

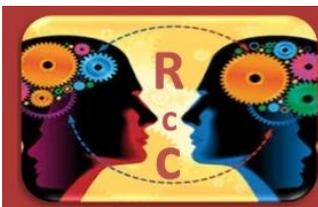
Os alunos aprendem a escolher o terreno para preparar a roça, que não deve ser ameaçado de enchente, mas localizar-se próximo do rio para facilitar o transporte da colheita, e também o solo deve apresentar uma certa qualidade produtiva, após feito a escolha do terreno é importante estabelecer o tamanho da roça isso depende da quantidade dos membros da família (Jair Kayani Kayabi).

Continuaram me explicando que após determinarem a localidade e o tamanho, corta-se as árvores, cipós e os arbustos, com auxílio de um facão e foice.

Depois o professor Jair relata que antigamente os anciãos usavam uma espécie de machado confeccionado de pedra pra fazer este serviço. Continuaram explicando como ensinam os estudantes, mas senti que a explicação era para mim:

As árvores maiores são derrubadas na altura do peito, este trabalho deve ser finalizado até meio de julho, para que as árvores derrubadas sequem bem. No começo da estação das chuvas no final de setembro e começo de outubro é de costume ventar muito forte, então é a época da queimada, é importante presta atenção na direção do vento... é importante pois a primeira queimada deve queimar a maior parte da madeira com chama viva evitando o máximo possível a propagação de muita fumaça. No dia seguinte enquanto ainda os troncos maiores fumegam, inicia a segunda queimada, agora com partes de galhos e tronco mal queimados são amontoados junto aos troncos que ainda esta queimando, e o fogo novamente é atizado. O trabalho da coivara é muito perigoso e podem durar dias, e é sempre realizado por homens (Jair Kayani Kayabi)

Quando um homem Kayabi estiver com sua esposa grávida ele não pode trabalhar na roça... (Cezarina Leite Tukumã) é preciso que ele escolha outro da família para trabalhar no seu lugar.



No fim de setembro início de outubro é o período das chuvas é tempo de plantio. A terra é preparada para isso são usadas enxadas, e em raros casos também é usado um pedaço de pau ponte agudo que antigamente era o único instrumento de plantio, com a enxada ou com o pau de plantar abre-se umas pequenas cova no solo, em seguida deita-se a semente e que e reserva de colheitas passadas (Jair Kayani Kayabi)

Na crença tradicional Kayabi quem tem o papel de cuidar dessas sementes são exclusivamente as mulheres, pois elas são as que têm o privilégio da fertilidade... (Cezarina leite Tukumã)

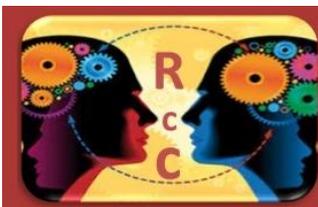
Depois do plantio as covas são tampada com os pés. Para o plantio de mandioca os talos são cortados em aproximadamente 20 cm, e colocados três em cada cova sempre colocando lado a lado, no caso do milho são colocados três grãos em cada cova (Jair Kayani Kayani)

Este trabalho movimenta toda a comunidade, tanto escolar quanto não escolar. Essas tarefas estão dentro do currículo da escola da comunidade. Os jovens aprendem toda magia que engloba no seu redor, a produção de alimento deste povo vai além de saciar suas necessidades. Há toda uma crença por traz do simples produzir, isso é notado quando se emerge no mundo do outro e com o tempo se adquire essa sensibilidade de percepção aguçada da cultura desse povo. O respeito com a natureza começa desde a escolha do local da roça, percebo que há um profundo sentimento com o solo, o misticismo do cuidado com as sementes. De fato temos muito que aprender com esse tipo de sociedade.

Explica o professor Jair que todo o conhecimento a respeito da agroecologia que ele tem, vem de conversas com os anciãos e da própria vivência por ter acompanhado seus pais nos afazeres do dia a dia. Assim também não é diferente a profa. Cezarina. A escola Juporijup aos poucos constrói um currículo próprio, aliás, não é uma tarefa fácil, eles têm sido os protagonistas na construção desse currículo, mas penso que é necessário que haja outras orientações dos órgãos de educação e mesmo ampliação da formação escolarizada desses educadores. Dizem-me que não há material específico para a agroecologia Kayabi. Há uma interação significativa com a comunidade porque o calendário da escola respeita principalmente o tempo de coivara, plantio das roças e todos estão juntos.

O currículo escolar do povo Kayabi no que se refere a agroecologia condiz com o currículo de uma Pedagogia Cosmo-Antropológica porque reúne mitologia, saberes vivências e saberes ocidentais. Convive-se com um currículo que parte da vivência, que é cotidianidade e que é saber escolar ao mesmo tempo. Portanto, esse currículo,

[...] faz parte de uma Pedagogia Cosmo-Antropológica, é negociado e



específico porque diz sobre aquele povo e ainda é plural, tendo como eixo as significações étnicas que acolhe, interpreta e ressignifica os conhecimentos não indígenas (FERREIRA, 2014, p.150).

Compreendo que essa pedagogia concentra em si um currículo humanizado e coletivizado com uma construção dentro do espaço de educação popular. Paulo Freire não utilizou em seus escritos o termo currículo, mas falou de uma educação dialógica, emancipatória.

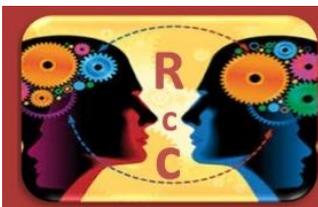
Considerações finais

Encerro este trabalho sem fechar os caminhos que permanecem abertos para novos estudos. Considero alguns pontos que são importantes. O primeiro é sobre a emergência dos povos indígenas, o segundo a conquista da Educação Escolar Indígena e o terceiro e último ponto a agroecologia no currículo das escolas indígenas com o desenvolvimento dela pelo povo Kayabi, um pouco da roça de entorno e da roça consorciada com a floresta que não trabalhei no corpo do texto, mas que faz parte do currículo da agroecologia.

Compreendo que a emergência indígena de início se deu de forma silenciosa, com apoio de OGNs, antropólogos e indigenistas que sempre acreditaram e acreditam em um mundo mais igualitário,. Há que se respeitar os filhos desta terra.com os kayabi que aqui habita. Essa emergência muitas vezes aos olhos da sociedade é invisível, é preciso buscar força e por isso as etnias da América Latina tem buscado estar juntas. Os povos indígenas têm se manifestado em busca de melhores condições de vida. Em relação ao povo Kayabi do rio dos Peixes a problemática esta em reaver a área Sagrado, o Batelão, lugar de onde foram obrigados a sair.

A conquista de uma educação escolar indígena de qualidade (própria para povos indígenas) e diferenciada onde os professores/as são da própria comunidade, para um maior fortalecimento de sua cultura. Outra conquista sempre regrado de muita luta foi a universidade intercultural, uma universidade que forma professores indígenas respeitando suas diferença e especificidade, respeitando a cultura dos povos.

Estar no meio a este povo, foi muito gratificante, pois pude aprender um outro mundo o qual para mim era desconhecido, e hoje consigo enxergar o índio de forma não



estereotipada, vejo os povos indígenas como povos fortes que lutam pelos seus interesses, povos de traços fortes e de posicionamento firme ao seus ideais, povos detentores de um vasto conhecimento milenar, desde suas crenças, como no caso da agroecologia, o misticismo da origem dos alimentos, o carinho e o respeito para com a “Mãe Terra” assim sendo chamado o solo de onde tira seus alimentos e que para este povo se torna sagrado.

Estando nesta comunidade pude ter o privilégio de conhecer diversas atividades realizadas no decorrer do dia a dia, e a que mais me chamou atenção foram às formas de plantio de alimento, de subsistência. Conheci a roça de entorno, chamo assim, pois, são plantas nos arredores das casas e a roça da comunidade, que fica retirada local de onde tiram a maioria de seu sustento, fica em meio a floresta fazendo um combinação perfeita entre planta domesticas e natureza silvestre. Todas as atividades comunitárias e coletivizadas se confundiam com a educação escolarizada, portanto, trata-se de uma pedagogia indígena Latino Americana em construção e com marcas de resistência cultural-pedagógica e identitária.

Referências bibliográficas

ANDRÊ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Etnografia da Prática Escolar*. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

BENGOA, José. *La emergência indígena em América Latina*. Chile: Fondo de cultura enonómica, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo; Brasiliense, 2008.

BRASIL. Disponível em:http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf231a232.htm. Acessado em 28/05/2012.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

BRASIL. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CIMI. Relatório: *Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados 2010*. CIMI/Brasília: DF, 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2000.



FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcântara. *Educação escola indígena na Terra indígena Apiaká-Kayabi – Em Juara Mato Grosso: Resistências e desafios*. Porto Alegre, 2014. Tese (doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GEERTZ, Cliffford. *A interpretação das culturas*. LTC, Rio de Janeiro, 2008.

KAIABI. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaiabi>. Acessado em 25/05/2012.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A.. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MAIARUP, Dionisio e FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcântara. *Artesanato e Saberes Indígenas: Um Estudo do Pibid*. Juara/SEVA, 2014.

MATO GROSSO, *Plano Estadual da Educação*. Cuiabá: SEDUC, 2010.

TUKUMÃ, Cezarina Krey Leite, SIRAUP, Lucinda do Carmo e KUJAJUP, Maria Suzana do Carmo. *Educação escolar indígena: uma aprendizagem com as histórias tradicionais*. Juara/SEVA, 2014.